

Entre Deus e o Estado: Salazar, Franco e a Igreja Católica nas ditaduras ibéricas do século XX

Between God and the State: Salazar, Franco and the Catholic Church in the 20th century Iberian dictatorships

Enviado em: 22-11-2021

Aceito em: 04-07-2022

Bruno Gazalle Cavichioli¹

Carlos Artur Gallo²

Resumo

Este artigo analisa as complexas relações entre a Igreja Católica, seus agentes, as ditaduras ibéricas do século XX e seus respectivos ditadores: António Salazar e Francisco Franco. A referida complexidade dessas relações é demonstrada pelas fases de maior ou menor aproximação entre os agentes e pelas intersecções de seus âmbitos de influência, reciprocamente e em outras áreas de interesse. A Igreja, muito embora não tenha sido o único meio de penetração social e base de apoio dos governantes autoritários ibéricos, apresentou-se como importante aliada na conjuntura que permitiu tanto a ascensão desses regimes autoritários como a sua continuidade no poder.

Palavras-chave: António de Oliveira Salazar, Estado Novo, Francisco Franco.

Abstract

This paper aims to analyze the complex relations between the Catholic Church, its agents, the Iberian dictatorships of the 20th century and its respective dictators: António Salazar and Francisco Franco. The aforementioned complexity of these relations is demonstrated by the phases of greater or lesser approximation between the agents and by the intersections of their spheres of influence, reciprocally and in other areas of interest. The Church, albeit not being the only mean of social penetration and support base of the of the

1 Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Integrante do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME). Bolsista da CAPES. bruno_cavichioli@hotmail.com

2 Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com Estágio Doutoral realizado na Universidade Complutense de Madri (UCM, Espanha). Professor do Departamento de Sociologia e Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Coordenador do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME). galloadv@gmail.com

authoritarian Iberian rulers, presented itself as an important ally in the conjuncture that allowed the rise of these authoritarian regimes and continuity in power.

Key-words: António de Oliveira Salazar, Estado Novo, Francisco Franco.

Introdução

Entre as décadas de 1930 e 1970, Portugal e Espanha foram governados por duas das ditaduras mais duradouras da Europa. Iniciadas numa conjuntura regional marcada pela difusão dos modelos “corporativistas”, pela ascensão do nazi-fascismo italiano e alemão, pela crise econômica iniciada após o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), bem como por conflitos internos que, de forma significativa, as particularizam, ambas tiveram uma série de elementos comuns.

A ditadura do Estado Novo português (1933-1974), cujo regime ficou personificado na figura de António de Oliveira Salazar (1889-1970), e a ditadura franquista (1936-1977), encarnada pela figura do general Francisco Franco (1892-1975), podem ser observadas, inicialmente, a partir do debate em torno da ideia do corporativismo ou modelo corporativista. Nas palavras de António Costa Pinto (2018, 192), o corporativismo foi “[...] um dos mais poderosos modelos autoritários de representação social e política da primeira metade do século XX”, tendo inspirado rupturas institucionais realizadas na Europa e na América do Sul.

Constituído como um modelo alternativo ao capitalismo liberal e ao socialismo, ou seja, pretensamente apresentando uma “terceira via” na forma como se dariam e seriam conduzidas as relações Estado-sociedade, o corporativismo foi um modelo inspirado na doutrina social da Igreja Católica, difundida a partir do final do século XIX (PINTO, 2018). Enquanto uma alternativa política, necessitava de um Estado forte, capaz de controlar e conduzir projetos de modernização alinhados a interesses de grupos que seriam representados por “corporações” organizadas fora das instâncias representativas tradicionalmente defendidas pelo modelo de democracia liberal.

Na prática, inspirou a criação e manutenção de regimes políticos autoritários, conservadores de direita e extrema-direita, baseados em preceitos religiosos católicos e, em sua vertente mais radical, fascistas.

A complexa relação dessas ditaduras, seus ditadores, a Igreja Católica, seus integrantes e sua doutrina é algo que merece ser analisado. Afinal, ainda que possam ter variado em intensidade e estejam sujeitas às típicas alterações advindas do *zeitgeist* do período denominado por Hobsbawn (1995) de 'a era dos extremos', as alianças políticas entre dirigentes autoritários, regimes e os representantes da fé Cristã representaram parte importante da conjuntura que permitiu tanto a instauração dos regimes autoritários ibéricos e sua ulterior manutenção.

Salazar, que conduziu *de facto*³ os rumos da política portuguesa entre 1928 e 1968, por exemplo, para além de professar fervorosamente a fé católica e cultivar entre os eclesiásticos importantes alianças (SIMPSON, 2014), foi, ele próprio, seminarista de formação, frequentando o Seminário de Viseu entre os anos de 1900 e 1908 (MENESES, 2011). Franco, também católico, embora sem o passado seminarista de seu congênere português, selou, simbolicamente, seu apoio com a Igreja logo após o fim da Guerra Civil. Na ocasião, durante uma missa de ação de graças na Igreja de Santa Bárbara, em Madri, o ditador depositou sua espada no altar, como uma oferta da sua conquista ao catolicismo (CASANOVA, 2001).

Considerando o que foi exposto, este artigo tem como objetivo central propor uma reflexão sobre as relações que foram estabelecidas entre a Igreja Católica, seus integrantes e as ditaduras de Salazar e Franco. Como se deram tais relações? A partir deste questionamento, outras perguntas serão abordadas: Há uma homogeneidade no que se relaciona à forma como a instituição religiosa e seus integrantes atuaram durante essas ditaduras? Em que momento essas relações foram articuladas? Antes ou depois da chegada

³Salazar tomou posse, pela segunda e definitiva ocasião, do cargo de Ministro das Finanças em 1928. O controle draconiano sobre todas as despesas e receitas das outras pastas deu-lhe controle quase absoluto dos rumos tomados pelo governo. Quatro anos depois, em 1932, assumiria o cargo de Presidente do Conselho de Ministros (equivalente ao cargo de Primeiro-Ministro na atualidade), dirigindo Portugal até 1968, quando foi vítima de um derrame cerebral e restou incapacitado para o exercício do cargo. Morreu em 1970, dois anos após sua remoção, ainda em estado de delírio de que seguia dirigindo o país (ALMADA, 1974; MENESES, 2011).

de Salazar e Franco ao poder? Quais vantagens decorreram desse apoio? Por qual razão os ditadores buscaram obtê-lo?

O presente artigo trata-se de uma primeira aproximação com o tema das relações Igreja Católica e ditaduras ibéricas. A análise comparada dos casos português e espanhol se justifica, em termos metodológicos, uma vez que ambos compartilham uma série de características em comum. Ambos tiveram ditaduras instauradas em uma conjuntura política semelhante. Ambos são exemplos de um modelo semelhante de regime autoritário. Em ambos os casos, ademais, verifica-se que as relações entre a Igreja Católica e esses poderes autoritários recém-constituídos ou em via de ascensão – e, posteriormente, durante suas existências – possibilitaram um fortalecimento recíproco em seus âmbitos de atuação e esferas de influência, merecendo a atenção da presente pesquisa.

Em termos de estrutura, a exposição encontra-se organizada em três partes. Na primeira delas, foca-se na relação que os futuros ditadores possuíam, previamente, com a fé cristã e com a Igreja Católica enquanto instituição. Na segunda parte, a análise recai sobre o modo como Salazar lidou com a questão religiosa quando chegou ao poder e a partir da instauração do Estado Novo. Na terceira parte, analisa-se o modo como Franco e o franquismo estabeleceram suas relações com a Igreja Católica na Espanha. As considerações finais encerram o artigo.

Salazar e Franco: soldados da Civilização Cristã Ocidental?

As relações entre a figura de António de Oliveira Salazar e a Igreja Católica podem ser identificadas desde os anos iniciais daquele que, futuramente, viria a ocupar a Presidência do Conselho de Ministros português por trinta e seis anos. Nascido, em 1889, no seio de uma família pobre do município de Santa Comba Dão, distrito de Viseu, cursou seus estudos primários na escola local. A família não possuía condições financeiras de arcar com a continuidade de seus estudos, optando por enviar o jovem – por sugestão do pároco local – ao Seminário de Viseu a fim de ingressar no ciclo

secundário. Segundo Meneses (2011), a oferta de ensino secundário aos jovens pobres, que, de outra forma, dificilmente teriam condições de frequentá-lo, era a forma dos seminários portugueses de recrutar potenciais futuros sacerdotes.

Assim, iniciou os estudos seminaristas no ano de 1900 e permaneceu no Seminário de Viseu, como aspirante ao sacerdócio, até a conclusão do curso de Teologia em 1908. Salazar concluiu o curso como primeiro de sua turma, recebendo as ordens menores e, a despeito do impedimento oriundo de sua idade, já era conhecido por 'Padre Salazar' entre seus conterrâneos de Santa Comba Dão (MENESES, 2011).

O jovem seminarista, para surpresa de seus pares, abandonaria a vocação sacerdotal, todavia não perdendo os contatos firmados durante o tempo no Seminário de Viseu. Seus contatos acabariam por conceder-lhe o cargo de professor no colégio religioso Via Sacra, em Viseu. Havia decidido, à época, exercer a função enquanto estudava para os exames nacionais de admissão no ensino superior (MENESES, 2011).

O período do magistério em Viseu foi determinante para a formação política de Salazar. Com a moribunda monarquia portuguesa já em seus momentos finais após o regicídio⁴ (FRAGA, 2010), os ataques dos políticos republicanos aos monarquistas e a seus principais apoiadores, os católicos, acabaram por proporcionar ao jovem Salazar a chance de expor publicamente suas críticas à atuação dos detratores da Igreja Católica portuguesa por meio de artigos publicados no jornal viseense *A Folha* (MENESES, 2011).

Aprovado em 1909 – com excelentes resultados – para admissão no ensino superior, Salazar decidiu por ingressar na Universidade de Coimbra e cursar Direito. Coimbra não foi escolhida por acaso, além de ser uma instituição de ensino tradicional das elites portuguesas (MENESES, 2011), a

4O Rei de Portugal, D. Carlos I, e o Príncipe Real, D. Luís Felipe de Bragança, foram assassinados em um atentado promovido por membros da Carbonária em fevereiro de 1908, na Praça do Comércio, em Lisboa. O atentado, que teve como uma de suas motivações a insatisfação popular generalizada contra a monarquia, foi o primeiro grande episódio de uma série de eventos que culminaria com sua derrubada, em 1910, e a instauração da Primeira República Portuguesa. Para aprofundamento na temática do regicídio e suas causas, ver: Samara e Tavares (2008).

universidade já era lar de alguns de seus amigos e contatos profissionais do magistério.

Tão logo iniciou seus estudos em Coimbra, Salazar ingressou no Centro Acadêmico da Democracia Cristã (CADC), onde conheceu alguém que seria um de seus mais íntimos amigos, apoiador e, por vezes pontuais, antagonista: Manuel Gonçalves Cerejeira (PIMENTEL, 2008).

Por iniciativa de Cerejeira, foi fundado, em 1912, o jornal *O Imparcial*, para o qual Salazar contribuía em forma de artigos de opinião acerca das investidas sofridas pelo cristianismo à época. De acordo com Meneses (2011), “o CADC proporcionou a Salazar palco para suas primeiras declarações públicas pormenorizadas sobre assuntos políticos” (p. 49).

A notoriedade conquistada com seus artigos e o licenciamento – com impressionantes dezenove créditos – em Direito no ano de 1914, conferiram-lhe um papel de destaque na sociedade coimbrã (MENESES, 2011), vinculando também seu catolicismo a essa imagem. Em sequência, assumiu a docência na Universidade de Coimbra, tornando-se professor assistente e ministrando a disciplina de Ciências Econômicas e Financeiras. Em 1918, titulou-se Doutor de Leis pela mesma instituição (MENESES, 2011).

Ao ingressar no partido político Centro Católico Português (CCP), braço político do CADC, Salazar passou a defender – ativamente e institucionalmente – os interesses políticos da Igreja Católica em Portugal (SIMPSON, 2014). Em 1921, após derrota eleitoral dois anos antes, foi eleito Deputado por Guimarães. Abandonou o cargo após uma única sessão e, após, passou por uma fase de radicalização de seu discurso sobre a cristianização da política, migrando cada vez mais para a direita do espectro político em consonância com a tendência adotada pela Igreja Católica após a revolução bolchevique de 1917 (MENESES, 2011).

Nascido em 4 de dezembro de 1892, no seio de uma família militar residente no município de Ferrol (Comunidade Autônoma da Galiza), Francisco Paulino Hermenegildo Teódulo Franco y Bahamonde foi, desde tenra idade,

exposto ao cristianismo por sua devota mãe⁵ (BACHOUD, 2011). Ao contrário de Salazar, contudo, Franco não foi seminarista, e, ao que tudo indica, tampouco pretendia sê-lo. Diferente da família do ditador português, sua família não precisava fazer uso desse recurso para que o filho pudesse estudar. Seu pai era militar de carreira da Marinha Espanhola. Seu irmão mais velho frequentou a Escola Naval.

Os primeiros anos da vida de Franco foram particularmente traumáticos para o decadente Império Espanhol. A derrota sofrida na Guerra Hispano-Americana de 1898 significou, para a Espanha, a perda de Cuba, Porto Rico, Guam e das Filipinas (ainda que tenha sido financeiramente compensada pelos Estados Unidos da América). A desastrosa campanha militar espanhola afetou em cheio tanto o município de Ferrol, importante base naval espanhola, quanto a moral geral do país (PAYNE; PALACIOS, 2014).

Em 1907, com 14 anos de idade, Franco ingressou na Academia Militar de Toledo. O período de instabilidade política⁶ que pairava sobre a Espanha, que ainda buscava conservar suas possessões coloniais no Marrocos, acaba acentuando a retórica colonialista. Em 1912, foi enviado, em grande parte por sua própria vontade, para lutar a Guerra do Rife (BACHOUD, 2011).

Durante o tempo de guerra, nas duas passagens pelo Rife marroquino, Franco acumulou promoções e distinções militares por bravura e comando das tropas sob sua responsabilidade, tornando-se o mais jovem capitão do Exército Espanhol, aos 22 anos de idade, e o mais jovem general de toda a Europa, aos 33 anos de idade, em 1926 (PAYNE; PALACIOS, 2014).

Franco retornou à Espanha em 1926, pouco após sua promoção e assumiu o posto de Diretor da Academia Geral Militar. Esse regresso

5Bachoud (2011) indica que a personalidade devota e cuidadora da mãe de Franco – María del Pilar Bahamonde y Pardo de Andrade – contrastava com a do pai, o militar da marinha Nicolás Franco y Salgado Araujo, conhecido por seu gosto pela boemia, mulheres, jogos e pelo temperamento violento que dispensava aos filhos. A aversão de Franco à personalidade do pai e à sua autoridade, segundo a autora, seria manifestada em vários dos enfrentamentos que travaria durante sua trajetória contra os poderes constituídos. Nicolás Franco, durante o tempo em que o filho esteve no poder, demonstraria posicionamento abertamente antifranquista.

6Infelizmente, até mesmo por sua limitação de páginas, o presente artigo não comporta aprofundamento na questão da instabilidade política que afetou a Espanha no período de 1931 e 1936 (entre o exílio do Rei Afonso XIII e o início da Guerra Civil). Para maiores detalhes acerca dos acontecimentos do período, ver: Robinson (1974).

aconteceu em meio à ditadura de Miguel Primo de Rivera, que justificou “o golpe de Estado pela necessidade de defender a honra do exército, a ordem nacional e a proteção do Rei [...]” (BACHOUD, 2014, p. 84).

Os quase sete anos de Primo de Rivera no poder (1923-1930) acabam com sua demissão, pelo Rei Afonso XIII. O próprio Rei, amplamente impopular e tendo seus candidatos derrotados nas urnas pelos republicanos, acabaria por fugir para o exílio (BACHOUD, 2014). A queda da monarquia, com a subsequente implantação da Segunda República Espanhola foi um golpe para Franco, que apoiava firmemente a forma de governo tradicional da Espanha (PAYNE; PALACIOS, 2011).

Se é fato que os futuros ditadores de Portugal e Espanha professavam publicamente a fé cristã, sendo ambos provenientes de famílias católicas, isso não significa que as relações pessoais de ambos com o catolicismo e a Igreja tenha sido necessariamente semelhante. Salazar, conforme mencionado, foi seminarista e, posteriormente, professor em Coimbra. Não se sabe, ao certo, se foi para o Seminário por vocação ou por necessidade. Franco, por sua vez, foi um militar de carreira sem pretensões eclesiásticas, tendo iniciado seu preparo para atuar junto às Forças Armadas espanholas desde a adolescência.

Já adultos, seus caminhos e vínculos com a Igreja também foram traçados de forma diferente. O futuro ditador português atuou cada vez mais fortemente a favor dos interesses católicos em Portugal, compondo o CCP e ganhando apoio da Igreja ao longo de sua trajetória política iniciada ainda na década de 1910, quando esteve em Coimbra. O futuro ditador espanhol, por sua vez, seguiu carreira militar. Seu envolvimento com a política se deu fora da arena político-partidária. Sua relação com a fé cristã e com a Igreja, pode-se dizer, foi coadjuvante até o contexto da Guerra Civil iniciada com o Golpe de Estado que depôs a Segunda República espanhola em 1936.

O fato de ambos serem católicos, portanto, não significou a existência de um padrão comportamental homogêneo e/ou semelhante por parte deles para com a Igreja Católica e seus representantes. Seja antes do início das ditaduras corporativas, seja durante a sua vigência. Isto é, ainda que Salazar e Franco tenham se aproximado da fé cristã e, de fato, seus regimes tenham sido

por elas justificados e legitimados, isso não significa que ambos sempre foram apoiados pela Igreja ou que buscaram o seu apoio desde sempre.

Nas próximas seções, serão detidamente analisadas as relações entre os ditadores, as ditaduras e a Igreja Católica antes e durante o período em que Salazar e Franco estiveram no poder.

Salazar, o salazarismo e a Igreja Católica: da aposta ao apoio, do apoio aos benefícios⁷

Em 1926, um golpe militar sepultou a Primeira República Portuguesa e instaurou o período conhecido por Ditadura Militar (1926-1928). Contando com o apoio do CCP, Salazar foi empossado Ministro das Finanças. Salazar possuía, à época, a clara ideia de que, inobstante o governo ser democrático ou ditatorial, os interesses católicos deveriam ser preservados. Encontrou pouco respaldo para exercer suas funções, não lhe sendo atendidas suas exigências, razão pela qual deixou o cargo após poucos dias (MENESES, 2011).

A saída de Salazar foi seguida de uma série de fracassos por parte de seu sucessor, João José Sinel de Cordes (1867-1930). Salazar criticava duramente o novo Ministro das Finanças em seus artigos, renovando a atenção a seu próprio nome. Com a eleição do General Óscar Carmona para a Presidência da República, período que inaugurou a fase da Ditadura Nacional (1928-1933), a necessidade de um nome que pudesse, simultaneamente, organizar as finanças e a economia nacionais e angariar apoio da massa católica⁸ levou Carmona a chamar Salazar novamente ao Ministério das Finanças, dessa vez cumprindo com todas as suas exigências (MATOS, 2010; MENESES, 2011; SIMPSON, 2014).

⁷Para maiores detalhes sobre a trajetória política de Salazar antes de sua chegada ao poder e o estabelecimento das bases do Estado Novo, ver: Cavichioli (2021).

⁸Segundo Simpson (2014), a despeito de estar mais satisfeita com os militares no poder que com seus antigos algozes republicanos, a Igreja Católica exerceu forte pressão para retomar os privilégios perdidos durante a Primeira República Portuguesa, ameaçando criar tensões relativas à “questão religiosa”.

Além das condições impostas por Salazar para assegurar o controle draconiano das finanças do governo (SALAZAR, 1935), o Ministro das Finanças haveria de impor uma nova, relativa à Igreja Católica: o governo não reduziria quaisquer direitos assegurados aos católicos por lei ou por governos anteriores (MATOS, 2010). Em troca da defesa de seus interesses por Salazar a Igreja Católica⁹, por sua vez, promoveu a imagem do Ministro, exortou suas políticas financeiras e exigiu dos fiéis o cumprimento de todos os sacrifícios que ele lhes requisitasse. O catolicismo exerceu um papel de meio de penetração social considerável nas massas rurais, para os quais Salazar era, anteriormente, pouco conhecido (SIMPSON, 2014).

Não obstante, não apenas de demonstrações públicas de apoio fora constituída a relação entre Salazar e a Igreja Católica: o Ministro das Finanças exerceu influência direta na nomeação de seu amigo dos tempos de Coimbra, Manuel Gonçalves Cerejeira, ao Patriarcado de Lisboa, afastando o concorrente – o então Arcebispo de Évora – que, na visão de Salazar, seria prejudicial ao equilíbrio político (SIMPSON, 2014).

Em 1930, Salazar ainda: contaria com o apoio da Igreja para a fundação da União Nacional, futuro partido único do Estado Novo; transformaria o CCP em um organismo de ação social, removendo seu caráter de partido político; aumentaria seu escopo de atuação e dotações para evangelizar as colônias portuguesas na África e; aumentou seu papel interno em Portugal, aumentando seu âmbito de atuação no ensino religioso (SIMPSON, 2014).

Segundo Simpson (2014):

A interação da elite católica com Salazar contribuiu de forma ativa para a consolidação da sua posição no cargo político e para a integração da Igreja Católica portuguesa na “frente nacional” salazarista que iria “regenerar” a nação através da ação de seus poderes “temporal” e “espiritual” (p. 69).

A moeda de troca com a qual Salazar recompensou o apoio da Igreja Católica, de acordo com Rezola (2012) foi-lhe mais atrativa que as limitações

⁹Não apenas a Igreja Católica portuguesa apoiou Salazar, como também o próprio Vaticano agiu na estrutura eclesiástica para apoiar o Ministro das Finanças no que Simpson (2014) denominou de “processo de catolização gradual de Portugal” (p. 52).

que o próprio lhes havia imposto à intervenção direta no governo, fazendo com que os clérigos abrissem mão da ação política própria.

Em 1932, a convite do Presidente Óscar Carmona, Salazar assumiu o cargo de Presidente do Conselho de Ministros e formou seu próprio gabinete. A escolha dos Ministros representou um processo cuidadoso e ponderado em razão da insistente sombra do anticlericalismo presente em vários setores que constituíam sua base de apoio (SIMPSON, 2014). Salazar já planejava, desde 1929, o projeto da nova Constituição de Portugal, onde estariam presentes as diretrizes corporativas sob o qual seria inaugurado o Estado Novo (1933-1974).

Sob os auspícios da Igreja Católica, a instauração do novo regime ocorreu da forma planejada por Salazar, conferindo aos católicos importante papel no processo de catolização do país. A inclusão da Igreja, contudo, foi marcada por duas relevantes características: sua marcha gradual, evitando as já mencionadas rejeições à sua participação no processo e; sua conformação com o afastamento da atividade política em si, ou seja, sendo restrita às áreas de aproximação que lhe eram cedidas pelo próprio Salazar (ainda que, na prática, essa divisão fosse mais nebulosa que no discurso oficial) (SIMPSON, 2014).

Entre 1933 e 1945, os católicos foram responsáveis por alguns episódios particularmente relevantes para o presente estudo. Um desses episódios foi a articulação da Igreja Católica no sentido de conter¹⁰ uma preocupante fase de fascização do regime (1936-1940), repelindo a formação de milícias similares à Juventude Hitlerista que estavam sendo articuladas em solo português (SIMPSON, 2014).

A continuada cooperação entre as autoridades temporais e eclesiásticas teve, como seu pináculo à época, a Concordata e o Acordo Missionário firmados entre o regime salazarista e a Santa Sé em 1940. Esses tratados, que, respectivamente, marginalizavam a ação política da Igreja em Portugal e reforçam sua ação 'civilizadora' das colônias, foram objeto de

10 "Essas pressões católicas não ficaram sem efeito, refletindo, em última análise, a natureza superficial da febre "fascizante" do final dos anos 30 em Portugal, bem como a centralidade persistente da doutrina católica no núcleo ideológico do Estado Novo" (SIMPSON, 2014, p. 96).

discussões e resistências entre as partes antes de sua aprovação. Segundo Simpson (2014):

O resultado foi uma Concordata de separação administrativa que garantiu, em simultâneo, privilégios significativos à Igreja Católica, a união moral do Estado e da Igreja e o condicionamento das atividades desta última aos imperativos políticos ditados por Salazar (p. 237).

A Igreja Católica, durante o período de intensificação da repressão iniciado após a instauração do Estado Novo, também demonstrou grande complacência com os autoritarismos do regime. Ao invés de pleitearem pela humanização do tratamento de prisioneiros enviados ao campo de concentração do Tarrafal (estabelecido em 1938, em Cabo Verde), os dirigentes católicos preferiram apoiar as medidas de Salazar para preservar a ordem (SIMPSON, 2014).

O início da Segunda Guerra Mundial e a subsequente declaração de neutralidade de Portugal perante o conflito – efetuada em 09 de junho de 1939 – foram recebidos como apoio ao regime pela Igreja Católica¹¹. Instando os fiéis a obedecer ao chefe da nação durante o período da guerra – afastando-os de atos de oposição ou desobediência que acreditava serem oriundos do comunismo que buscava aproveitar o caos para se instaurar – a Igreja criou, em narrativa comparada ao resto da Europa que jazia devastada, o “milagre da paz” como prova da capacidade providencial da liderança de Salazar (SIMPSON, 2014).

O fim das hostilidades bélicas em 1945 e o início da fase denominada por Huntington (1993) de “segunda onda de democratizações” gerou certo incômodo em Portugal. Alguns setores sociais, animados com a democracia que voltara à parte da Europa, começaram a acalentar esperanças de que o mesmo viesse a ocorrer em Portugal (SIMPSON, 2014).

Isolado, conjuntamente com a Espanha, como remanescente autoritária na Europa, Portugal contou, novamente, com o apoio da Igreja

11A Igreja Católica aqui referida é a própria instituição, por intermédio de seus dirigentes. Simpson (2014) cita que algumas facções internas ao catolicismo, como os católicos sociais, se manifestaram em sentido contrário e efetuaram críticas ao regime pelos efeitos sociais danosos da economia de guerra. Esse grupo distanciar-se-ia do governo a partir de 1943.

Católica – tanto a portuguesa quanto o próprio Vaticano – para abrandar sua imagem ditatorial no exterior (SIMPSON, 2014).

Em troca de colher os frutos das iniciativas do regime de reforçar a natureza intrinsecamente católica de Portugal – ou, nas palavras de Salazar “português, logo, católico” (SALAZAR, 2016 [1949], p. 645) – a Igreja tratou de reforçar seu reconhecimento diplomático ao governo Português por meio de eventos religiosos de grande porte realizados em solo lusitano.

A Igreja Católica também participaria – em claro e inequívoco apoio a Salazar – dos controversos processos eleitorais arquitetados pelo regime para aparentar legitimidade e normalidade democráticas na pequena nação ibérica. Nas eleições legislativas de 1945¹², em que seriam eleitos os membros da Assembleia Nacional, diversos clérigos participaram dos atos políticos, tendo o próprio patriarcado – dirigido por Cerejeira – recordado os católicos da obrigação de votar e, indiretamente, orientado seus votos aos candidatos da União Nacional.

A chamada ‘questão religiosa’, habilmente invocada por Salazar como tema-chave das eleições legislativas de 1945 para assegurar o apoio e a mobilização dos católicos, seria também utilizada nas duas eleições seguintes. Nas eleições presidenciais de 1949 – em que o General Óscar Carmona foi reeleito, derrotando o opositorista General Norton de Matos (LUÍS, 1994) – essa questão voltou a ser levantada. A morte de Carmona, em 1951, ocorreu em situação de despreparo do regime e da oposição, obrigando ambos a acelerar os preparativos para novas eleições. O pleito, ocorrido em 21 de julho de 1951, novamente contou com o apoio da Igreja Católica ao regime, com acusações de fraudes eleitorais e com a desistência da oposição por ausência de garantias de concorrência justa. Craveiro Lopes, candidato do regime, foi então eleito à Presidência da República, consolidando os desígnios de Salazar (SIMPSON, 2014).

12 Nas eleições de 18 de novembro de 1945, os candidatos da União Nacional (partido de Salazar) concorreram contra os membros do Movimento de Unidade Democrática (MUD), partido de oposição constituído por socialistas, comunistas, republicanos e outros opositores ao regime. Por razão das circunstâncias das próprias eleições – livres apenas formalmente – o MUD optaria por retirar as candidaturas e apregoar o abstencionismo (SIMPSON, 2014). A União Nacional venceu o pleito com 100% (cem por cento) dos votos válidos e o MUD viria a ser proscrito em 1948.

A despeito do início de algumas divisões internas na base de apoio católica de Salazar no período entre 1951 e 1961, durante o período da Guerra Fria, a Igreja Católica institucional seguiu ofertando o apoio necessário para a contínua pacificação social. Segundo Simpson (2014) a queda do regime poderia desencadear o retorno da onda anticlerical, razão pela qual ambas as partes efetuaram esforços no sentido da manutenção do *status quo*. Esse apoio, entre outros fatores, garantiu a Salazar, nas eleições presidenciais de 1958, a vitória¹³ de seu candidato, Américo Thomaz, frente ao católico opositorista General Humberto Delgado (SIMPSON, 2014).

A partir de 1961, os esforços conjuntos do regime e da Igreja Católica seriam destinados, principalmente, à justificação da Guerra Colonial e da manutenção das colônias como resultado do ‘espírito civilizador e catolizador’ de Portugal. Um “novo elo”, nas palavras de Simpson (2014, p. 240), entre Estado e Igreja foi forjado e assim permaneceria até a saída de Salazar do cargo, por conta de um derrame cerebral sofrido em 1968, e sua ulterior morte em 1970.

Franco, o franquismo e a Igreja Católica: uma aliança construída durante a Guerra Civil e aprofundada pela ditadura

Compreender as complexas e profundas relações estabelecidas entre a figura de Franco, o franquismo, a Igreja Católica e seus integrantes, é algo que requer, antes, a devida compreensão da situação enfrentada por estes últimos atores nos anos que precederam à Guerra Civil.

A Igreja Católica espanhola, de acordo com Casanova (2005), “viveu a chegada da República como uma autêntica desgraça” (p. 19). A perda da relativa estabilidade durante a ditadura de Primo de Rivera e, posteriormente, do Rei que lhe protegia, impôs-lhe o fardo de ser alvo de uma considerável onda de anticlericalismo nas ruas e no parlamento. Esse anticlericalismo, no

13A despeito da vitória eleitoral, neste mesmo período seriam iniciados conflitos entre o regime português e a Santa Sé, além da consequente divisão interna no próprio catolicismo português. A Igreja Católica institucional em Portugal, todavia, se manteve apoiadora de Salazar (SIMPSON, 2014).

entanto, fora iniciado há bastante tempo, com um afastamento do proletariado – que desconfiava de sua proximidade e convivência com as classes altas – e as críticas da esquerda burguesa já tendo sido notadas pelos clérigos (CASANOVA, 2005).

Os ataques do governo republicano – inicialmente dominado pela esquerda burguesa – aos direitos e fontes de arrecadação dos católicos, iniciados pouco após a implantação do novo regime, acabaram excluindo os interesses dos clérigos da esfera de interesses do Estado e modificando práticas há muito enraizadas na política espanhola (PAYNE; PALACIOS, 2011). Essa cisão social, referida por Casanova (2005), como existente entre os católicos e os setores anticlericais acabaria por ser agravada durante o período da Guerra Civil, iniciada com o Golpe de 1936.

O escalamento dos conflitos acabaria por resultar em perseguições contra a Igreja e seus membros (tanto por parte do povo quanto pelas autoridades do Estado), além de uma certa dose de convivência com os acusados de queimar igrejas e prédios religiosos durante esses enfrentamentos (CASANOVA, 2005). Os católicos, por sua vez, após as derrotas nas eleições para as Cortes Constituintes – que aprovaram a Constituição de 1931 e impuseram diversos limites à participação da Igreja no governo e na sociedade –, iniciaram um movimento político para reagrupar seus apoiadores e mobilizar seu potencial político de reação (CASANOVA, 2005).

Essa organização, muito embora mais efetiva daquela que havia sido articulada em 1931, foi derrotada em 1936¹⁴ pela Frente Popular¹⁵, que reunia os partidos de esquerda. A derrota eleitoral provocou uma elevação do tom

14As direitas espanholas – em especial a *Confederación Española de Derechas Autónomas* (CEDA) – haviam vencido as eleições gerais de 1933, aproveitando-se da desorganização das esquerdas. Aprendendo com o erro que lhes custou essa eleição, as esquerdas reuniram-se em um bloco denominado Frente Popular e derrotaram as direitas, que falharam em reunir-se dessa forma (PAYNE; PALACIOS, 2011).

15 As eleições, com reiteradas denúncias de irregularidades, acabariam por mostrar a radiografia de um país profundamente dividido em dois blocos. A esquerda venceu por um pequeno número de votos e, por meio de manobras eleitorais, segundo Bachoud (2014) e Payne e Palacios (2011), acabou por garantir maioria de dois terços dos deputados.

golpista dos setores católicos, que entenderam ser a ofensiva direta o último recurso (CASANOVA, 2005).

A relação dos militares com o Estado espanhol, para além da questão religiosa que era levada em conta por alguns deles – entre os quais se incluía Franco –, também estava estremecida. A remoção do estado de exceção mantido pelo Estado espanhol, para que as campanhas das eleições de 1936 pudessem ocorrer, resultou em um aumento da violência política e, com ela, rumores sobre um possível golpe militar (PAYNE; PALACIOS, 2011).

Instalado o novo governo, liderado por Manuel Azaña (1880-1940), tratou-se de efetuar mudanças significativas na estrutura hierárquica militar, “prioritariamente destinadas a remover comandantes conservadores dos postos superiores e enviá-los para longe de Madrid” (PAYNE; PALACIOS, 2011, p. 105). Com isso, Franco foi enviado às Ilhas Canárias, de onde passou a manter contato intermitente – muito por conta da vigilância a que foi submetido – com os líderes militares espanhóis que haviam permanecido no continente e traçavam um possível plano de ação (PAYNE; PALACIOS, 2011).

Em território continental espanhol, a violência seguia seu curso. A imprensa católica incitava o sentimento de rebelião contra o governo (CASANOVA, 2005). O próprio Franco havia endereçado carta ao Presidente do Conselho de Ministros, Santiago Casares Quiroga (1884-1950), para alertá-lo acerca do descontentamento do exército pelas mudanças ocorridas nos últimos meses (PAYNE; PALACIOS, 2011).

O catalisador da Guerra Civil Espanhola, segundo Payne e Palacios (2011) e Bachoud (2014), foi o assassinato do proeminente líder da direita espanhola, José Calvo Sotelo (1893-1936), deputado pelo partido monárquico *Renovación Española*. Franco, que até aquele momento havia resistido a participar diretamente do movimento contrarrevolucionário dos militares, acabaria por ingressar totalmente na rebelião (PAYNE; PALACIOS, 2011). O golpe militar foi iniciado no Marrocos espanhol e outros territórios periféricos, e, após receber apoio de Adolf Hitler e Benito Mussolini, chegou à península ibérica (PAYNE; PALACIOS, 2011).

Essa tomada de armas, quando ocorrida, foi imediatamente apoiada pela maioria do clero e dos católicos como uma frente cristã que combateria o comunismo e o ateísmo (CASANOVA, 2005). Esse apoio, todavia, não deve ser confundido com a causa principal do movimento de sublevação militar. De acordo com Casanova (2005):

Convirá, igualmente, deixar bem clara outra ideia. A sublevação não se fez em nome da religião. Os militares golpistas estavam mais preocupados por outras coisas, por salvar a ordem, a pátria, diziam eles, por atirar aos infernos o liberalismo, o republicanismo e as ideologias socialistas e revolucionárias que serviam de norte e guia a amplos setores de trabalhadores urbanos e rurais. Mas a Igreja e a maioria dos católicos dispuseram, desde o início, de todos os seus meios, que não eram poucos, a serviço dessa causa. E fizeram-no para defender a religião. Mas também a essa ordem, a essa pátria que podia libertá-los do anticlericalismo e reestabelecer todos os seus privilégios. Nem os militares tiveram que pedir à Igreja sua adesão, que a ofereceu de boa vontade, nem a Igreja teve que deixar passar o tempo para se decidir. Uns porque queriam a ordem e outros porque diziam defender a fé, todos se deram conta dos benefícios da entrada do sagrado na cena (p. 41)¹⁶.

Num sentido semelhante, Stephen J. Lee (1992) e Mikel Aizpuru Murua (2014), reforçam a ideia de que, num primeiro momento, o levante nacionalista não era, necessariamente, um movimento católico. A aproximação com o catolicismo foi sendo intensificada à medida em que os republicanos eram derrotados. Mesmo quando as forças nacionalistas foram unidas pela Igreja, sendo estabelecida uma aliança inequívoca com Franco, isso não significou a existência de uma adesão total por parte dos representantes da fé cristã.

Não obstante, ocorreu que, tendo por causa maior a retomada do poder pelos conservadores, os grupos acabariam por unir esforços naquilo que os católicos definiriam como uma cruzada religiosa (CASANOVA, 2005). O papel da Igreja serviria como legitimador da causa nacionalista encabeçada por Franco e, posteriormente, de sua continuidade no poder. Sacerdotes que não aderiram à causa nacionalista foram perseguidos e reprimidos (MURUA, 2014).

16A despeito da inusual extensão da citação trazida à luz dos esclarecimentos, reputa-se absolutamente necessária a visão panorâmica trazida por Casanova (2005) em prol de evitar superficialidades no entendimento das causas intrínsecas aos militares e católicos. Os pontos de convergência entre essas causas, a despeito de marcados e consideráveis, não significam que, no seio desses movimentos, tenha havido uma conspiração prévia para atuação conjunta.

De acordo com Casanova (2005), conforme os avanços nacionalistas varriam a resistência republicana no território espanhol, os bispos das dioceses que já estavam sob comando das legiões comandadas por Franco passaram a se sentir mais confortáveis para apoiar publicamente os militares revoltosos. Foram, ainda segundo o autor, completamente contrários a cogitar qualquer forma de paz ou trégua: para os sacerdotes a guerra terminaria em vitória do catolicismo ou em seu desaparecimento (CASANOVA, 2005).

Compete, por medida de prudência antes de continuar a exposição, a advertência de Casanova (2005) de que o anticlericalismo da esquerda republicana não foi a causa de origem da aliança entre a Igreja e os militares de Franco, mas sim um motivo de reforço desse apoio por parte dos católicos. Ainda assim, o catolicismo atuou como um movimento de mobilização das massas e dos grupos reacionários já presentes no seio da sociedade espanhola (CASANOVA, 2005).

O clero espanhol, relativamente ao próprio Franco, também constituiu um relevante setor de apoio. Conhecido entre os sacerdotes como um católico devoto com quem poderiam contar, Franco havia sido cumprimentado pelo Cardeal Primaz da Espanha, Isidro Gomá y Tomás (1869-1940), quando obteve o título de “Generalíssimo” e foi Chefe de Governo da Espanha pelos militares sublevados (CASANOVA, 2005).

Franco, entendendo a importância desse apoio, tratou de “colocar a religião em suas declarações públicas e fundir-se com o povo em solenes atos religiosos” (CASANOVA, 2005, p. 71), aproveitando-se dessa imagem de condutor de uma pretensa cruzada pelo catolicismo para angariar e reforçar o apoio popular. Não apenas muitos sacerdotes tratariam Franco como um enviado divino, como o próprio Generalíssimo passaria a abraçar essa imagem de ser protegido pela divina providência¹⁷ (CASANOVA, 2005).

Durante a Guerra Civil, um episódio de cumplicidade entre Franco e o clero foi particularmente relevante: após o bombardeio aéreo da cidade de

17Esse pensamento, segundo Payne e Palacios (2011), acompanharia Franco por toda a vida. Desde a sobrevivência a um gravíssimo ferimento no abdômen – praticamente uma sentença de morte à época – sofrido durante a Guerra do Rife até outras oportunidades em que escapou de situações potencialmente arriscadas à sua vida, Franco sempre referiria a si mesmo como um instrumento da divina providência.

Guernica, em 26 de abril de 1937, a despeito de tentar impedir a veiculação das notícias que se espalhavam internacionalmente acerca da carnificina propagada pelas Forças Aéreas da Itália e da Alemanha no território basco – e, posteriormente, tentar culpar os próprios bascos pelo ocorrido – Franco apelou ao Cardeal Gomá para que redigisse e disseminasse carta, para o episcopado do mundo todo, defendendo a atuação dos nacionalistas na Guerra Civil. A carta surtiu, ao menos em parte, o objetivo a que se propôs. Foi traduzida para o italiano, o francês e o inglês e acabou fornecendo, para muitos, uma visão unilateral das virtudes da batalha de Franco e o papel de vítima que a Igreja buscava frente aos impulsos anticlericais dos republicanos (CASANOVA, 2005). O próprio Vaticano, ainda em 1937, estabeleceu relações com Franco ao mesmo tempo em que suspendia as que possuía junto ao Governo Republicano.

Em 1939, Franco havia vencido a Guerra Civil espanhola. O conflito, que pode ser tido como um ensaio¹⁸ para Segunda Guerra Mundial (BUAEDS, 2013), durou aproximadamente três anos e deixou um saldo aproximado¹⁹ de 150 mil soldados mortos em ambos os lados do conflito, 25 mil combatentes estrangeiros mortos, cerca de 55 mil execuções pelos republicanos e um número ligeiramente maior pelos nacionalistas, 12 mil civis mortos em ações militares (a maioria em zonas republicanas) e possíveis outras 344 mil mortes de civis diretamente, além de cerca de 300 mil mortes apenas nos primeiros anos após a guerra (PAYNE; PALACIOS, 2011).

A Igreja Católica da Espanha soube moldar seu apoio para cada uma das fases do conflito: durante a transformação do golpe militar iniciado nos territórios coloniais espanhóis em uma Guerra Civil extremamente sangrenta, apoiou a causa como oriunda da justiça divina. Calou-se sobre os abusos dos nacionalistas que apoiava e, quando possível, justificou-os. Durante a fase de institucionalização dos tribunais militares como meios de sancionar

18 “Militarmente, o conflito espanhol não foi típico da Primeira Guerra Mundial nem da Segunda Guerra Mundial, mas representou uma transição que combinou certas características de cada. Muito armamento veio da Primeira Guerra Mundial, embora a blindagem, artilharia de último modelo e, mais importante, o poder aéreo fossem, às vezes, usados de maneira que antecipou a Segunda Guerra Mundial” (PAYNE; PALACIOS, 2011, p. 196).

19A despeito de efetuarem o exercício de um cálculo aproximado do número de mortos, Payne e Palacios (2011) declaram que esse número provavelmente sempre será contestado.

‘oficialmente’ as execuções efetuadas pelos nacionalistas, tratou de fortalecer o processo de acalmar os fiéis a partir da exploração dessa aparência de legalidade. Na vitória, colheu as glórias que entendia merecidas por seu apoio e exaltou a imagem de seu aliado, Franco (CASANOVA, 2005).

A despeito de finalizada a Guerra Civil e efetuada a tomada do poder por Franco, as matanças continuaram e a Igreja, por sua vez, manteve seu papel de blindar o regime. Casanova (2005) estima que mais de 50 mil pessoas foram mortas nos dez anos seguintes ao fim do conflito. O novo Estado espanhol, nacionalista e religioso, mantinha-se uma máquina de guerra tão letal quanto havia sido durante a fase em que encontrava efetivas resistências ao seu projeto de poder.

No que se relaciona às vantagens obtidas pela Igreja ao aliar-se aos nacionalistas, e, conseqüentemente, a Franco, Sara Núñez de Prado (2014) menciona que a instituição religiosa teve ganhos durante e depois da Guerra Civil. Durante a Guerra, por exemplo, foram editadas normas que invalidavam casamentos civis realizados nos anos anteriores, restabeleceram o ensino moral e religioso como obrigatórios nas escolas, além de estabeleceram as bases para que docentes ideologicamente dissonantes fossem afastados de suas funções. A partir de 1939, a Igreja recuperou todas as prerrogativas que possuía antes do início da Segunda República.

A Segunda Guerra Mundial, iniciada pouco após o fim da Guerra Civil Espanhola, ainda em 1939, e finalizada em 1945, com a derrota do nazifascismo, pouco afetou o governo de Franco. As potências aliadas, vencedoras da grande guerra, não voltavam os olhos para aquela região periférica da Europa sem grande importância (CASANOVA, 2005). Franco – conjuntamente com Salazar, em Portugal – manteria o poder até sua morte, praticamente trinta anos depois da morte de seus congêneres²⁰ na Alemanha e na Itália.

Essa passagem suave pelas transições que ocorriam na Europa, contudo, não poupou as ditaduras ibéricas de acabarem em situação de

²⁰Não se pretende dizer, pelo termo ‘congêneres’, que Franco ou Salazar fossem da mesma natureza que Hitler ou Mussolini. As definições clássicas de fascismo de Paxton (2004) e Mann (2008) sequer suportam tal presunção de equivalência. O termo é usado, portanto, num sentido mais amplo das ditaduras oriundas do *zeitgeist* que permitiu o que Hobsbawm (1995) denominou de *Era dos Extremos*.

isolamento. A Igreja Católica, internamente e por meio da Santa Sé (sendo a Concordata entre a Espanha e a Santa Sé, em 1953, o ápice desse movimento), efetuará o mesmo tipo de manobra político-diplomática que sua vizinha portuguesa havia feito, apoiou o regime de Franco no cenário internacional, minimizando parte das restrições que a comunidade mundial possuía com as últimas ditaduras que haviam restado (CASANOVA, 2005).

Com a Concordata selada em 1953, a Igreja espanhola consolidou seus ganhos na relação de apoio construída junto de Franco e com a manutenção da ditadura franquista: o catolicismo foi designado como única religião da Espanha; crimes cometidos por sacerdotes e freiras passaram a ser julgados fora da justiça comum; o poder da Igreja no campo da educação foi consolidado; casamentos civis foram dificultados. O ditador, em contrapartida, ganhou a prerrogativa de indicar os bispos espanhóis, tal como era realizado, antes, pelos ocupantes do trono.

Ao longo de quase quarenta anos, a Igreja espanhola participou ativamente da ditadura que ajudou a legitimar, atuando muito além da expansão da sua influência moral e religiosa sobre a sociedade e do controle do sistema educacional. Sacerdotes e outros integrantes da hierarquia católica atuaram de forma contínua, durante e depois da Guerra Civil, colaborando com o aparato repressivo, ajudando na perseguição, identificação e controle de pessoas que foram consideradas inimigas do franquismo. Além disso, vieram à tona, nos últimos anos, denúncias de que padres e freiras participaram de um sistema de tráfico de crianças existente até a década de 1980, através do qual milhares de cidadãos espanhóis tiveram sua identidade roubada²¹.

Casanova (2005), por fim, conclui acerca das relações entre Franco e a Igreja:

A Igreja e o Caudilho caminharam de mãos dadas durante quatro décadas. Franco necessitou do apoio e da bênção da Igreja Católica para levar a um bom termo uma guerra de extermínio e passar por enviado de Deus. A Igreja ganhou com essa guerra uma paz duradoura e consoladora, cheia de felicidade, satisfações e privilégios. A religião serviu a Franco de refúgio de sua tirania e

²¹Para mais informações sobre o roubo de crianças realizado durante o franquismo, ver: https://elpais.com/politica/2013/09/02/actualidad/1378143030_764714.html

crueldade. A Igreja deu-lhe a máscara perfeita. Tão perfeita que ainda hoje se discute o que é que havia atrás dela: um santo ou um criminoso de guerra (p. 280-281).

A Igreja, por fim, saiu incólume da ditadura conduzida por Franco. Tão incólume que, em 2013, teve aproximadamente 500 de seus membros mortos Durante a Guerra Civil beatificados pelo Vaticano. Até hoje, nunca prestou contas de sua colaboração com a repressão franquista e de seu papel fundamental na legitimação das forças nacionalistas, da figura de Franco e da ditadura que governou a Espanha por quase quatro décadas.

Considerações finais

Este artigo buscou recapitular as complexas relações estabelecidas entre as ditaduras da Península Ibérica do século XX, capitaneadas por Salazar e Franco, com a Igreja Católica. Salazar assumiu o poder de Portugal durante uma ditadura militar²². Franco, por sua vez, liderou um movimento golpista que causou uma Guerra Civil, e, após o fim desta, assumiu o governo da Espanha instaurando uma nova forma de ditadura. Ambos os países, a despeito das diferenças de formas de ascensão de seus ditadores ao poder, contaram com as instituições católicas em suas bases de apoio. Durante a fase de consolidação de suas ditaduras, mas, sobretudo, ao longo das décadas em que as mesmas existiram.

As ditaduras que governaram Portugal e Espanha, conforme analisado, apresentaram características *sui generis* que lhes permitiram continuar existindo por quase três décadas, mesmo após a derrota do nazi-fascismo em 1945. Geopoliticamente desinteressantes para sofrerem intervenção das potências aliadas que haviam saído vitoriosas da Segunda Guerra Mundial por conta de sua baixa relevância política e sua posição na periferia europeia, contaram com o auxílio da Santa Sé e seus agentes em seus tímidos

22O termo 'ditadura militar' é aqui utilizado em sentido genérico de governo de caráter autoritário dirigido por militares. Salazar, a bem da verdade, assume o controle *de facto* – e, posteriormente, o cargo de Presidente do Conselho de Ministros – de Portugal durante a fase da Ditadura Nacional (1928-1933). A fase anterior a essa foi denominada Ditadura Militar (1926-1928), razão pela qual serve a presente nota para evitar qualquer confusão nesse sentido.

processos de reaproximação diplomática com o restante do mundo. Juntos, Portugal e Espanha pareciam apenas remanescências de experiências autoritárias que a Europa preferia esquecer.

Portugal, uma nação isolada pelos contínuos desígnios colonialistas de Salazar, contou com os esforços da Igreja Católica autóctone e da Santa Sé em suas tentativas de superar – ao menos em parte – o isolamento a que era submetido. A Igreja, em troca, ganhava a missão (e a oportunidade) de “cristianizar” as colônias africanas. A Espanha, por conta de suas fortes relações com os regimes totalitários que acabariam derrotados na Segunda Guerra Mundial, era observada pelo mundo de forma distante e cautelosa. Embora não tenha efetivamente participado da grande guerra – neutralidade que, em muito, se deu por obra e influência de Salazar sobre Franco – a Espanha do pós-guerra estava completamente isolada da comunidade internacional. A Igreja, nesse cenário, em troca da proteção e dos privilégios oferecidos pelo Estado, acabaria por despender esforços para a reabertura de suas vias diplomáticas.

A análise das relações entre a Igreja Católica e os ditadores ibéricos e suas ditaduras demonstra a existência de faces diversas, marcadas por ambiguidades e contradições. Há momentos de maior ou menor aproximação, influências do Estado na organização da Igreja e vice-versa, modulações de discursos já existentes em prol de uma adaptação que permitisse compreender os interesses mútuos, justificações das injustificáveis violências e abusos dos governantes como efeitos colaterais menores de objetivos que deveriam ser atingidos a qualquer custo.

Afastamentos pontuais ou contradições à parte, o fato é que tanto Salazar como Franco chegaram e se mantiveram no poder estabelecendo alianças fortes e duradouras com a Igreja Católica e seus agentes. No caso português, os defensores da fé cristã legitimaram seu soldado desde o momento em que o mesmo chegou ao Ministério das Finanças. Fortalecido Salazar e seu projeto de poder, fortalecidos estavam os interesses da Igreja outrora perseguida durante os anos da Primeira República. No caso espanhol, a Igreja e seus agentes se aproximaram dos nacionalistas e de Franco à

medida em que a República era derrotada. Ao final da Guerra Civil, os interesses de Franco, da Igreja e do franquismo foram sacramentados no ideário nacional-catolicista que pautaria a política espanhola por quase quarenta anos.

Salazar, por conta de um acidente vascular cerebral, deixaria o poder em 1968, falecendo em 1970. O Estado Novo, então sob comando de Marcello Caetano, durou mais quatro anos, até ser derrubado em 1974 pela Revolução dos Cravos. Franco governou praticamente até sua morte, em 1975, iniciando o processo de transição de seus poderes e restituindo a monarquia. A democracia, propriamente dita, somente retornaria ao país a partir de 1977. Em ambos os casos, as transições das últimas ditaduras europeias à democracia foram, no melhor dos casos, lenientes com aqueles que estiveram no poder.

As democracias que substituíram o Estado Novo e o franquismo não demonstraram grande empenho ou capacidade de promover o julgamento e a punição dos diversos apoiadores dessas ditaduras, quanto mais de seus apoiadores 'morais': os setores eclesiásticos. A Igreja Católica – seja a portuguesa, a espanhola ou o próprio Vaticano –, que caminhou de mãos dadas em uma aliança inexorável com as ditaduras ibéricas até seus derradeiros finais, restou dispensada de um exame de consciência sobre suas ações e, até mesmo, de efetivas punições aos seus membros. Essa autocrítica, conforme conclui Simpson (2014), continua pendente de ser efetuada. As punições, propriamente ditas, também.

Referências

ALMADA, João de. **Grandes personagens de todos os tempos: Salazar**. São Paulo: Editora Três, 1974.

BACHOUD, Andrée. **Franco**. Trad. Miguel Albuquerque. São Paulo: Babel, 2011.

BUAEDS, José M. **A Guerra Civil Espanhola: o palco que serviu de ensaio para a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Contexto, 2013.

CAVICHIOLO, Bruno Gazalle. **A ascensão política de António de Oliveira Salazar (1928–1933): A instrumentalização do medo na gênese do Estado**

Novo em Portugal. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2021.

CASANOVA, Julián. **La iglesia de Franco**. Barcelona: Editorial Crítica, 2005.

FRAGA, Luís Alves de. A Carbonária, uma força civil, e os militares: uma reflexão histórica. *In: Separata das Actas XIX Colóquio de História Militar («100 Anos de Regime Republicano: Políticas, Rupturas e Continuidades»)*. 33 p. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ual.pt/handle/11144/654>>. Acesso em 27 ago. 2021.

HOBBSBAWN, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914–1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel P. **The third wave: democratization in the late twentieth century**. Norman: University of Oklahoma Press, 1993.

LEE, Stephen J. **The European dictatorships (1918-1945)**. London and New York: Routledge, 1992.

LUÍS, Alexandre António da Costa. As eleições presidenciais de 1949: dois “Portugais” em conflito. *In: Revista História das Ideias*, v. 16, p. 283-322. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.14195/2183-8925_16_9>. Acesso em 7 set. 2021.

MANN, Michael. **Fascistas**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MATOS, Helena. **Salazar: a construção do mito (1928-1933)**. Lisboa: Temas e Debates, 2010.

MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar: Biografia Definitiva**. Lisboa: Leya, 2011.

MURUA, Mikel Aizpuru. La otra Iglesia Católica: los sacerdotes asesinados por el franquismo. *In: CRÓNICA POPULAR. Los crímenes del franquismo*. Madrid: Crónica Popular, 2014. p. 86-91.

PAXTON, Robert O. **The Anatomy of Fascism**. New York: Alfred A. Knopf, 2004.

PAYNE, Stanley G.; PALACIOS, Jesús. **Franco: a personal and political biography**. Madison: The University of Wisconsin Press, 2014.

PIMENTEL, Irene Flunser. Cerejeira e Salazar: o trono e o altar. *In: 1926–1932: A ascensão de Salazar*. Coord. António Simões do Paço. Lisboa: PDA, 2008.

PINTO, António Costa. Corporativismo e ditaduras: o salazarismo e o franquismo. *In: MURARI, Luciana; MAIA, Tatyana de Amaral; RUGGIERO,*

Antonio de (Org.). **Do Estado à Nação: política e cultura nos regimes ditatoriais dos anos 1930**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. p. 191-220.

PRADO, Sara Núñez de. El papel de la Iglesia en la configuración del franquismo. **La Albolafia: Revista de Humanidades y Cultura**, Madrid, v.1, n.1, p. 97-114, Junio de 2014.

REZOLA, Maria Inácia. A Igreja Católica nas origens do salazarismo. *In: Locust*: Revista de História, v. 18, n. 1, p. 69-88, 2012.

ROBINSON, Richard A. H. **Los orígenes de la España de Franco: derecha, república y revolución 1931-1936**. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1974.

SALAZAR, António de Oliveira. **Discursos (1928-1934)**. Coimbra: Coimbra Editora, 1935.

_____. **Discursos e notas políticas: 1928 a 1966**. Coimbra: Coimbra Editora, 2016.

SAMARA, Maria Alice; TAVARES, Rui. **O regicídio**. Lisboa: Tinta-da-China, 2008.

SIMPSON, Duncan. **A Igreja Católica e o Estado Novo salazarista**. Lisboa: Edições 70, 2014.